PROCESSO TC nº 18.819/17

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do Instituto de Seguridade Social do Município de Patos, ***Sr. Ariano da Silva Medeiros,*** concedendo aposentadoria voluntária com proventos proporcionais ao ***Sr. Nivaldo Lucena de Morais,*** matrícula nº 1885, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, que contava, à época, com 31 anos e 24 dias de tempo de contribuição e idade de 65 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria nº 089/2017] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

1ª Câmara

Processo TC nº **18.819/17**
Objeto: Aposentadoria
Interessado(a): ***Nivaldo Lucena de Morais***
Órgão: **Instituto de Seguridade Social do Município de Patos PB**
Gestor Responsável: ***Ariano da Silva Medeiros***
Procurador/Patrono: **Não Há**

Aposentadoria voluntária com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 0380/2022

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 18.819/17,** referente aposentadoria voluntária com proventos proporcionais do ***Sr. Nivaldo Lucena de Morais,*** matrícula nº 1885, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, acordam os Conselheiros integrantes da ***1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA***, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria nº 089/2017], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.
TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 24 de março de 2022.

Assinado 25 de Março de 2022 às 09:03

Cons. Antonio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 25 de Março de 2022 às 14:44

Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO